

Promessas quebradas, metas distantes

A menos que sejam feitas mudanças substanciais, os objetivos estabelecidos para 2015 pelos governos durante a Cúpula do Milênio não serão alcançados. É o que comprovam os resultados apresentados por mais de 50 países. Em todas as áreas – saúde, nutrição, educação ou provisão de serviços essenciais, como saneamento –, os avanços foram insuficientes e, com grande frequência, não houve nenhum progresso.

Equipe de pesquisa do *Social Watch*^{*}

Nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz, se a grande maioria de seus membros forem pobres e miseráveis.

Adam Smith, A riqueza das nações (1776).

Há quase cinco anos, o maior encontro já visto de chefes de Estado e de governo fez esta promessa solene aos povos do mundo: “Não pouparemos nenhum esforço para libertar nossos semelhantes – homens, mulheres e crianças – das condições abjetas e desumanizadoras da pobreza extrema”.¹ Já passaram quase dez anos desde que as lideranças mundiais assumiram o compromisso solene em Copenhague com “a meta de erradicar a pobreza do mundo, por meio de ações nacionais decisivas e da cooperação internacional, como um imperativo ético, social, político e econômico da humanidade”.²

Essa é uma agenda ambiciosa. Tão ambiciosa que foi comparada por muitas lideranças à tarefa histórica da abolição da escravidão no século XIX. Inspirados pela Declaração de Copenhague e pela Plataforma de Ação de Pequim sobre a igualdade entre os gêneros,³ grupos de cidadãos e cidadãs de todas as partes do mundo se juntaram para formar a rede do *Social Watch*. Desde então, todos anos vem sendo publicado um relatório detalhado para monitorar o cumprimento dos compromissos internacionais dos governos.

Os resultados apresentados pelas coalizões nacionais do *Social Watch* em mais de 50 países e a análise dos indicadores disponíveis coincidem num ponto: em grande medida, as promessas não foram cumpridas. A menos que, em breve, sejam feitas mudanças substanciais, os objetivos estabelecidos para o ano 2015 não serão alcançados. Em todas as áreas – saúde, nutrição, educação ou provisão de serviços essenciais, como saneamento –, os avanços foram insuficientes e, com

grande frequência, simplesmente não houve nenhum progresso.

São fatos concretos, inquestionáveis. Diferentemente das promessas eleitorais de candidatos e candidatas – muitas vezes vagas, genéricas e difíceis de serem relacionadas a seu cumprimento real –, a maior parte dos objetivos estabelecidos coletivamente por líderes mundiais durante a Cúpula do Milênio, em 2000, no que ficou conhecido como as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs), refere-se a objetivos e indicadores muito concretos. Ao avaliar a evolução desses indicadores, comparando com a posição em que cada país deveria estar para cumprir os objetivos fixados para 2015, a conclusão inevitável é que, sem uma grande melhoria das tendências atuais, essas metas não serão alcançadas.

Metas de Desenvolvimento do Milênio

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome
2. Atingir o ensino primário universal
3. Promover a igualdade entre os gêneros e empoderar as mulheres
4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças
7. Garantir a sustentabilidade ambiental
8. Estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento

O que deu errado? Os objetivos eram exageradamente ambiciosos ou irrealistas? Jan Vandemoortele, que ajudou a estabelecer esses objetivos quando trabalhou no Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e que, agora, é o funcionário de mais alto nível do Grupo de Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) encarregado de monitorar as MDMs, não concorda com isso: “Em geral, os objetivos quantitativos foram estabelecidos com base na premissa de que os avanços observados nas décadas de 1970 e 1980, em nível global, seriam mantidos nos 25 anos seguintes, de 1990 a 2015. Por exemplo, se os avanços na sobrevivência infantil tivessem continuado como naquelas décadas, a taxa global de mortalidade infantil em 2015 seria dois terços menor do que em 1990” (Vandemoortele, 2005).

Em outras palavras, o fato de o mundo só ter avançado a metade do necessário para atingir as MDMs significa que a velocidade do progresso em desenvolvimento social vem diminuindo desde 1990 – a despeito de todas as promessas e declarações.

A coalizão do *Social Watch* no Quênia descobriu que os gastos governamentais em serviços sociais básicos tinham declinado de 20% do orçamento nacional em 1980 para 13% em 1995. Entre 1997 e 2001, o país gastou 52% da receita total governamental com pagamentos da dívida.

O número de crianças que morrem antes de seu primeiro aniversário não constitui somente uma das MDMs, mas é também um indicador válido de como um país se desenvolve. Três de cada quatro países para os quais há dados disponíveis tiveram desempenho pior nos últimos 15 anos do que nas décadas de 1970 e 1980. Em 80% dos países, a mortalidade de crianças menores de 5 anos estava caindo mais rapidamente antes de 1990.

Uma das metas do milênio é que todas as crianças estejam na escola aos 5 anos. No entanto, o avanço da escolarização também teve seu ritmo reduzido desde 1990. As regiões que progrediram em termos de frequência às aulas na escola primária são a América Latina e a Europa, que já estavam em situação melhor em termos comparativos. Paradoxalmente, nesse mesmo período, a educação universitária cresceu de forma intensa em todas as regiões do mundo. Isso aponta para o cenário social real da última década: desigualdade crescente. As elites estão em melhor situação em toda parte. No lugar de vermos a diminuição da pobreza, somos testemunhas de um crescente hiato social.

Por exemplo, nas Filipinas, a coalizão do *Social Watch* informa que a relação entre a renda do quintil mais rico da população e do quintil mais pobre era de 13 para um em 1990. Em 2000, essa distância aumentou para 16 para um.

Na Colômbia, que tem a segunda taxa mais alta de desigualdade do continente, depois do Brasil, os 10% mais ricos dos domicílios tiveram uma renda 30 vezes mais alta do que os 10% mais pobres. Segundo os grupos locais do *Social Watch*, essas disparidades são ainda maiores nas áreas rurais, onde o conflito armado desloca camponeses e camponesas de seus lares e terras.

Tanto nos países ricos como nos pobres, os avanços da igualdade entre os gêneros são ainda

* Karina Battyány (coordenadora), Marina Sol Cabrera, Graciela Dede, Daniel Macadar e Ignacio Pardo.

1 Cúpula do Milênio, Nações Unidas, Declaração do Milênio, parágrafo 11. Nova York, setembro de 2000.

2 Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, Declaração de Copenhague sobre Desenvolvimento Social, Compromisso 2. Copenhague, março de 1995.

3 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher. Declaração e Plataforma de Ação de Pequim. Pequim, setembro de 1995.

mais lentos. O sindicato da indústria metalúrgica alemã, IG Metall, faz referência ao “progresso a passo de cágado”. Observou o relatório nacional do *Social Watch* da Alemanha: “Caso os salários das mulheres na Alemanha Ocidental continuem a se aproximar dos salários dos homens no mesmo ritmo dos últimos 40 anos, serão necessários no mínimo outros 40 anos para que as trabalhadoras de atividades administrativas e intelectuais, e muito mais de 70 anos para as que realizam tarefas manuais possam alcançar seus colegas masculinos.”

É um paradoxo clamoroso que os avanços mensuráveis em saúde, educação, saneamento e promoção das mulheres tenham diminuído de ritmo imediatamente após o fim da Guerra Fria, quando se esperava um grande “dividendo da paz” e quando as lideranças políticas eram unânimes em expressar seu compromisso com a luta contra a pobreza e também quando o público, talvez como resultado da expansão das comunicações globais, mostrou sua generosidade, como na impressionante “onda de solidariedade” que ocorreu logo após o trágico *tsunami* de dezembro de 2004.

Uma campanha internacional pela cidadania, a Chamada Global para Ação contra a Pobreza, foi lançada, em janeiro de 2005, para exigir mais ajuda oficial (e de melhor qualidade) a países mais pobres, justiça nas relações comerciais e cancelamento das dívidas como requisitos para cumprir as metas que foram acordadas no plano internacional. No Reino Unido, a campanha adotou o ambicioso lema: “Façamos da pobreza uma coisa do passado” (*Make Poverty History*).

Com a esperança de que o G8 (os oito países mais poderosos do mundo cujos governantes se reuniram na Escócia, em julho passado) tomassem medidas reais contra a pobreza, milhões de pessoas ostentaram faixas brancas, o símbolo da campanha, e um grupo de celebridades organizou a série de concertos “*Live8*”, televisionados simultaneamente em todo o mundo, o que pode ter resultado na maior audiência da história para um evento. Em contraste com os concertos similares de “*LiveAid*” há 20 anos, a intenção não foi arrecadar dinheiro para pessoas pobres, e sim motivar seus governos a criarem condições que permitam a esses cidadãos e cidadãs e a seus países ganharem a vida de forma digna.

Em anos anteriores, manifestantes contra a globalização ou “*altermondialistes*” (para usar sua própria denominação em francês) procuraram impedir as reuniões do G8, por acreditarem que nada de bom resultaria de um encontro de homens poderosos que não prestam contas a ninguém. Algumas das reuniões, terminaram antes do previsto, devido a distúrbios causados pelas legiões que impediam a passagem nas ruas. Este ano, em julho, nem sequer as bombas que explodiram em Londres alteraram a reunião dos governantes, mas as decisões adotadas não chegaram nem perto das esperanças mais realistas. Poucas horas depois de assinar o documento que se duplicava a ajuda a África até 2010, o governo dos Estados Unidos negou ter assumido um novo compromisso para

aumentar sua ajuda ao desenvolvimento, uma das mais baixas, em termos *per capita*.

Em setembro de 2005, monarcas, presidentes e primeiros-ministros de todo o mundo se reuniram novamente, desta vez na sede das Nações Unidas em Nova York, para avaliar sua gestão a respeito do cumprimento dos objetivos da Declaração do Milênio. Kofi Annan, Secretário Geral da ONU, encorajou os líderes mundiais a atuar com audácia e em três direções: paz e segurança, direitos humanos e democracia, e desenvolvimento e erradicação da pobreza. Infelizmente, os resultados da cúpula frustraram mesmo as mais modestas expectativas.

Pobreza e globalização

O que queremos dizer quando falamos sobre pobreza?

De acordo com o Programa de Ação da Cúpula sobre Desenvolvimento Social,

a pobreza tem várias manifestações, dentre elas: a ausência de renda e recursos produtivos suficientes para assegurar uma subsistência sustentável; fome e desnutrição; saúde precária; acesso limitado ou inexistente à educação e a outros serviços básicos; crescente morbidade e mortalidade causadas por doenças; ausência de habitação ou habitação inadequada; ambientes inseguros; discriminação social e exclusão. Também é caracterizada por falta de participação nos processos decisórios e na vida civil, social e cultural. A pobreza ocorre em todos os países: de maneira generalizada, em muitos países em desenvolvimento; como bolsões no meio da riqueza, em países desenvolvidos; com o resultado da perda dos meios de subsistência resultante da recessão econômica; de forma súbita, resultante de desastres ou conflitos; atingindo trabalhadores e trabalhadoras com baixos salários; e levando à total miséria as pessoas que ficaram fora dos sistemas de apoio familiares, das instituições sociais e das redes de proteção social.⁴

O Programa de Ação ainda enfatiza que a “pobreza absoluta é uma condição caracterizada pela privação severa das necessidades humanas básicas, incluindo alimentação, água potável, saneamento, saúde, habitação, educação e informação. Ela depende não somente da renda, como do acesso aos serviços sociais”.⁵

A Declaração do Milênio usa o termo “pobreza extrema” provavelmente com o mesmo sentido utilizado pela Cúpula Social, pois as duas declarações citam a cifra de “mais de um bilhão” de pessoas na pobreza absoluta ou extrema. No entanto, as MDMs combinam referências às necessidades (alimentação, água) com os meios (renda) quando prometem reduzir à metade, até o ano 2015, “a proporção de pessoas cujas rendas são menores do que US\$ 1 por dia” e “a proporção de pessoas que passam fome”, assim como, até essa mesma data, reduzir à metade “a proporção de pessoas sem acesso sustentável à água potável”.

Ao adotar o indicador popularizado pelo Banco Mundial de US\$ 1 por dia para definir e medir a pobreza, a Declaração do Milênio se afasta dos pontos de vista da Cúpula Social, assim como da posição do economista Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel, segundo o qual “a pobreza deve

ser vista como privação de capacidades básicas, e não meramente como renda baixa” (Sen, 1999).

O *Social Watch* demonstrou ser possível usar um índice de capacidades que não incluía a renda para refletir a situação dos países de forma consistente com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), tendo a vantagem de permitir o monitoramento por província e município. Entretanto, os índices refletem médias e não permitem contar as pessoas pobres.

A contagem das pessoas pobres

A cifra de 1,3 bilhão de pessoas pobres publicada pelo Banco Mundial obteve sucesso instantâneo e tem sido citada *ad nauseam* em qualquer publicação ou discurso relacionado à pobreza. No entanto, o Banco Mundial tem sido acusado de usar uma metodologia que subestima o número de pessoas pobres (Reddy e Pogge, 2003), basicamente porque se baseia no “poder de compra paritário” das moedas locais, que é ajustado de acordo com os preços médios nacionais, e não segundo os preços realmente pagos pelas pessoas que vivem na pobreza.

O indicador de US\$ 1 por dia também é inapropriado para muitas regiões do mundo. Na América Latina, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) usa US\$ 2 por dia para definir a linha de pobreza extrema. Nos Estados Unidos, esse limiar está em torno de US\$ 12 por dia.

Enquanto os termos pobreza “extrema” ou “absoluta” tentam definir um mínimo para a sobrevivência biológica, o conceito de pobreza realmente utilizado pelas pessoas e que influencia suas atitudes e decisões é definido socialmente. Assim, no Reino Unido, a medida “*Breadline Britain*” define o domicílio como pobre se a maioria das pessoas na Grã-Bretanha, na época desse cálculo, considerava que esse domicílio era pobre. De acordo com tal medida, a pobreza cresceu no Reino Unido de 21% para 24% entre 1991 e 2001. Mesmo quando o padrão de vida geral se eleva, a pobreza também pode crescer, se a sociedade se tornar mais desigual.

Segundo análise preliminar de pesquisadores e pesquisadoras do *Social Watch*, o uso de definições nacionais de pobreza, no lugar da linha de “pobreza extrema” internacional, resultaria num aumento de pelo menos meio bilhão de pessoas pobres, levando em conta somente países de renda média e alta. Em 2003, havia, nos Estados Unidos, 35,8 milhões de pessoas consideradas oficialmente pobres (12,5% da população; 1,3

milhão a mais do que em 2002). Na União Européia, cerca de 70 milhões de pessoas eram contadas como pobres, das quais 5 milhões viviam abaixo da linha internacional de pobreza. Na América Latina, existem mais 200 milhões de pessoas vivendo na pobreza, partindo-se mais das definições nacionais oficiais do que dos critérios internacionais. Nos países de renda mais baixa, as definições do Banco Mundial muitas vezes se tornaram as oficiais, principalmente por causa da enorme dependência desses países dos empréstimos em condições favoráveis e doações do Banco, o que, por outro lado, facilmente se traduz em dependência da ideologia dessa instituição.

Para piorar as coisas, a maioria dos indicadores de pobreza, incluindo aqueles não-baseados somente na renda, mas também na satisfação das necessidades básicas, estão fundados em pesquisas domiciliares que consideram a família como uma unidade e assumem que todos os membros de um domicílio partilham igualmente a renda e os recursos disponíveis – não importando a idade nem o gênero. O resultado é uma subestimação do número de mulheres que vivem na pobreza, pois muitas delas não conseguem satisfazer suas necessidades básicas, mesmo vivendo em famílias que estão *acima* da linha de pobreza (Batthyány *et al.*, 2004).

Mundo mais rico, pobres mais pobres

Precisamos realmente de uma única definição internacional de renda para a pobreza? Para mobilizar a opinião pública e fortalecer a vontade política requerida na implementação desses compromissos, os indicadores de progresso são, sem dúvida, necessários. Porém, a velocidade da redução da pobreza pode ser avaliada e comparada sem que tenhamos de recorrer a uma linha de pobreza universal única. O que realmente importa é cada país reduzir a proporção e o número de pessoas pobres. Um avanço desse tipo seria coerente com o mandato do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que não condena o Estado por causa da pobreza de seus cidadãos e suas cidadãs, mas exige claramente que “todos os meios apropriados” sejam aplicados, até mesmo a cooperação internacional, “no máximo dos recursos disponíveis, de modo a *assegurar progressivamente* o pleno exercício” desses direitos.⁶

4 Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, Programa de Ação, Capítulo II “Erradicação da pobreza”, parágrafo 19. Copenhague, março de 1995.

5 Idem.

6 Nações Unidas, Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, art. 2º, parágrafo 1º.

Na verdade, o principal uso do indicador de US\$ 1 por dia é ideológico e político. Esse indicador tem levado pesquisadores e pesquisadoras do Banco Mundial a alegarem que a “globalização está funcionando”, pois parece apontar que a proporção de pessoas no mundo vivendo na pobreza está declinando num ritmo que torna alcançável a Meta 1 de Desenvolvimento do Milênio (MDM 1).

Quando examinamos os números mais detalhadamente, descobrimos que, mesmo de acordo com aquele indicador, a pobreza extrema não vem declinando e está até mesmo crescendo na África, na América Latina, no Oriente Médio, na Europa do Leste e na maior parte da Ásia, com melhorias concentradas no Vietnã, na Índia e na China. Estes dois últimos países tiveram um crescimento econômico alto na última década, porém as tendências de longo prazo da pobreza na China são difíceis de estabelecer por causa da ausência de séries estatísticas históricas confiáveis, ao passo que na Índia “há boas evidências de que as estimativas oficiais de redução da pobreza são otimistas demais, especialmente para as áreas rurais” (Kozel e Deaton, 2004).

A alegação de que a “globalização está funcionando” cai por terra quando se leva em conta as questões de equidade. De acordo com o professor James K. Galbraith, diretor do Projeto Desigualdade da Universidade do Texas,

o ‘elemento global’ da desigualdade interna dos países foi estável de 1963 até em torno de 1971, declinou durante 1979 e depois cresceu fortemente e continuamente nos 20 anos seguintes. Esse padrão é muito semelhante ao encontrado por Milanovic para a desigualdade entre os países. Acreditamos que isso revela uma forte evidência de que as forças macroeconômicas globais e, em particular, o aumento das taxas de juro, as crises da dívida, a pressão pela desregulamentação, a privatização e a liberalização a partir de 1980 contribuíram para o aumento generalizado das desigualdades econômicas nos países.⁷

“Este trabalho, conclui Galbraith, “levanta inevitavelmente sérias questões sobre o papel da governança econômica global no aumento da desigualdade e nas dificuldades presentes no processo de desenvolvimento”.

Globalização aumenta a pobreza

A Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização (2004) chegou às mesmas conclusões:

A economia de mercado global tem demonstrado uma grande capacidade produtiva. Administrada com sabedoria, pode produzir um progresso material sem precedentes, gerar empregos mais produtivos e melhores para todos e contribuir de forma significativa para reduzir a pobreza no mundo. Porém, também podemos

observar quão distantes ainda estamos de concretizar esse potencial. O atual processo de globalização está gerando resultados desequilibrados, tanto entre os países como no interior deles. A riqueza está sendo criada, mas um número demasiado grande de países e de pessoas não compartilham seus benefícios.

O motivo disso já estava claro há 250 anos para Adam Smith. Em seu livro *A riqueza das nações*, ele afirmava: “Em toda parte é sempre muito mais fácil a um rico comerciante obter o privilégio de comerciar numa cidade corporativizada do que a um pobre artífice trabalhar nela”. E Smith também escreveu: “Menos numerosos, os mestres podem se unir muito mais facilmente e, além disso, a lei autoriza ou, pelo menos, não proíbe essas uniões – enquanto proíbe as dos trabalhadores. Não temos leis do Parlamento contra uniões para rebaixar o preço do trabalho, porém possuímos muitas leis contra a união para aumentá-lo”.

Nos últimos 15 anos, durante os quais as desigualdades cresceram e os avanços sociais diminuíram de ritmo, os direitos das corporações transnacionais foram expandidos por acordos comerciais e de investimentos multilaterais, regionais e bilaterais, sem que houvesse qualquer aumento paralelo nas suas obrigações, nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras ou dos governos dos países em que essas corporações operam. O capital pode se deslocar muito mais rapidamente do que há dois séculos, mas o mesmo não ocorre com trabalhadores e trabalhadoras, que são forçados a competir numa “corrida ao fundo do poço”,^{NT} enquanto os governos sedentos por investimentos competem oferecendo mais concessões e isenções fiscais. Regras desequilibradas criam resultados desequilibrados. Isso não deve surpreender economistas neoliberais, pois é precisamente o que Adam Smith observou e previu!

Se esse é o diagnóstico, ou se reverte a globalização ou alguma forma de governança do bem-estar global é atingida. Uma economia globalizada que *pode* garantir uma vida digna para todas as pessoas, mas *não o faz*, parece fadada a ser insegura e politicamente inviável.

O urgente e o necessário

Pode-se argumentar que perseguir uma ambiciosa agenda de governança global é um projeto de longo prazo que não responde às necessidades urgentes das pessoas desesperadamente pobres e famintas nos dias de hoje. As MDMs, embora certamente não constituam um resumo de todas as conferências da ONU na década de 1990 e definitivamente não sejam um substituto para elas, podem alegar legitimamente

que são uma expressão das necessidades mais urgentes. No entanto, concretizar as MDMs não é somente outra tarefa humanitária para ser enfrentada com um aumento da ajuda oficial para os países mais pobres.

Na verdade, se a ajuda internacional fosse duplicada amanhã, o atual sistema macroeconômico não permitiria que ela fosse gasta. O Banco Mundial e os bancos de desenvolvimento regionais já possuem mais dinheiro disponível do que os países são capazes de absorver, segundo as regras do Fundo Monetário Internacional (FMI), e já recebem mais dinheiro dos países pobres do que desembolsam para eles!

Por exemplo, no período de 2002–2003, Uganda, que enfrenta uma grave crise de Aids, quase rejeitou uma doação de US\$ 52 milhões do Fundo Global de Luta contra a Aids, Tuberculose e Malária porque procurava respeitar as estritas limitações orçamentárias que tinha acordado manter para poder ter acesso aos empréstimos do FMI.

Na recente Conferência Internacional de Aids em Bangcoc (julho de 2004), especialistas da ONU exigiram um aumento maciço de financiamento para os programas de Aids e defenderam que US\$ 20 bilhões fossem fornecidos aos países em desenvolvimento até 2007. Contudo, o relatório publicado em outubro de 2004 por quatro das maiores agências humanitárias (ActionAid, 2004) argumenta que as políticas do FMI, buscando manter a inflação em níveis muito baixos, fazem isso ao custo de bloquear gastos públicos mais altos para o combate à Aids. Um grande número de especialistas em economia acha que a inflação e os gastos públicos podem ser maiores do que os determinados sistematicamente pelo FMI. Assim, as políticas do Fundo solapam a luta global contra a Aids.

O relatório também argumenta que as políticas do FMI tornam difícil para os países manter trabalhadores e trabalhadoras da saúde, que são vitalmente importantes, em consequência dos limites impostos pelo Fundo sobre as quantias que os países podem gastar com pessoal empregado do setor de saúde pública.

As metas de inflação baixa estabelecidas pelo FMI levam diretamente a limitações sobre os orçamentos nacionais dos países pobres, o que resulta em tetos para os orçamentos nacionais de saúde. “A maior parte dos países gostaria de aumentar significativamente seus gastos no combate à Aids”, afirma Joanne Carter, diretora legislativa do Fundo Educacional Results, um grupo de *lobby* baseado nos Estados Unidos, cuja ação está concentrada no combate à tuberculose e outras “doenças da pobreza” nos países em desenvolvimento. “Porém, eles desistiram de tentar lutar contra o FMI porque sabem que têm de respeitar as exigências dos empréstimos do Fundo, para manter seu acesso à ajuda externa nos níveis atuais. Se você vai contra o FMI, arrisca ser cortado de todas as outras fontes de ajuda externa” (ActionAid, 2004).

^{NT} *Race to the bottom*, no original. Descreve a prática de certas empresas de vender seus produtos pelo menor preço possível, reduzindo ao máximo os custos de mão-de-obra.

⁷ University of Texas, Inequality Project, LBJ School, acessível em: <<http://utip.gov.utexas.edu>>.

Impostos em debate

Na defesa de suas regras, o FMI tem argumentado que a ajuda internacional não pode ser contada como uma fonte confiável de receita (como, por exemplo, os impostos) para apoiar gastos correntes por causa de sua volatilidade e seu caráter não-contratual. Isso coloca a bola de volta ao campo dos países doadores e os desafia a redefinir os fluxos para os países em desenvolvimento, de modo que sejam previsíveis, confiáveis e não-voláteis. Foi exatamente esse o foco de mais de cem países, reunidos no dia 20 de setembro de 2004, em Nova York, ao exigirem a análise de novos mecanismos para financiar a erradicação da pobreza, proposta bloqueada pelo veto de um único país.

Confrontados com essas duras restrições impostas externamente a seus orçamentos para o desenvolvimento e para as urgências sociais, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (do Brasil) e Néstor Kirchner (da Argentina) assinaram, em 16 de março de 2004, o Ato de Copacabana, conhecido formalmente como a Declaração sobre a Cooperação para o Crescimento Econômico com Equidade, no qual denunciam uma “contradição no atual sistema financeiro internacional entre o desenvolvimento sustentável e seu financiamento”, pela ausência de “mecanismos adequados para a solução de crises”, e estabelecem um vínculo entre finanças e comércio, considerado como “crucial” para o crescimento. Para modificar o sistema, eles concordaram em “negociar com instituições de crédito multilaterais de modo que não prejudique o crescimento e garanta a sustentabilidade da dívida, permitindo os investimentos em infra-estrutura”.

Quando uma corporação privada investe em infra-estrutura, isso é contabilizado como criação de ativos e somente um pequeno percentual do investimento total afeta o balanço anual como depreciação. Porém, as contas nacionais somente registram receitas e perdas, e todo o dinheiro despendido é registrado como perda. O FMI impõe um teto aos gastos governamentais para gerar um “superávit primário” e garantir a sustentabilidade da dívida. A proposta de Kirchner e Lula, depois endossada por todos os ministros da fazenda sul-americanos, foi proceder da mesma forma que as corporações privadas: depreciar o investimento público em infra-estrutura ao longo de vários anos, e não como perda no momento do gasto.

O efeito imediato dessa proposta, que atualmente está sendo estudada pelo FMI, é naturalmente permitir maiores gastos governamentais. No entanto, as implicações de introduzir o conceito de criação de ativos nas contas nacionais têm grande alcance. Isso poderia levar ao fim da exaustão dos recursos naturais, pois corresponderia a perdas nas contas de ativos. Na proposta argentina original, a formação de “capital humano” deve também ser isenta dos tetos de gastos impostos pelo FMI. Os gastos com saúde e educação poderiam ser vistos como “investimentos”, do mesmo modo que as despesas com infra-

estrutura. Segundo um grande número de economistas, esses são investimentos que rendem melhor, e mais rapidamente, do que os grandes projetos de desenvolvimento convencionais.

Promessas e mais promessas

Essas idéias, juntamente com a exigência de uma maior participação dos países em desenvolvimento no processo decisório das instituições de Bretton Woods, já estavam presentes nas discussões em torno do Consenso de Monterrey, que resultou da Conferência sobre Financiamento do Desenvolvimento (2002). Entretanto, essas promessas ainda esperam para serem cumpridas, da mesma forma que a promessa feita em Doha de iniciar uma rodada de desenvolvimento a fim de tornar as regras do comércio mais favoráveis aos países em desenvolvimento. Nenhuma dessas promessas foi ainda concretizada. Ao contrário, esses países estão sofrendo exigências adicionais em seus setores de serviços, com implicações diretas na provisão de serviços básicos para as pessoas pobres, como um “preço” por concessões nas áreas agrícolas ou têxteis.

De fato, cada uma das avaliações anuais dessas promessas que o *Social Watch* vem realizando desde 1996 demonstrou que, em geral, os países em desenvolvimento estiveram mais perto de cumprir seus compromissos do que os países desenvolvidos. Além disso, outras avaliações independentes mostram que, entre os países desenvolvidos, os membros do G7 são aqueles que estão mais atrasados no cumprimento das promessas.

A adoção de compromissos, metas e objetivos com prazos por parte da comunidade internacional possibilitou o estabelecimento de referenciais (*benchmarks*), com os quais governos e governantes podem ser julgados objetivamente. Em última análise, é o julgamento da opinião pública que torna possíveis as mudanças. No entanto, o processo decisório que fará toda a diferença envolve uma multiplicidade de fóruns e instituições, ministros(as) e funcionários(as) diferentes, com resultados frequentemente contraditórios.

Por exemplo, em 4 de outubro de 2004, o Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança recomendou enfaticamente aos países da África Meridional a garantia de que “os acordos regionais e outros acordos de livre comércio não tivessem um impacto negativo sobre a implementação dos direitos das crianças”. O acordo comercial que está sendo atualmente negociado entre o bloco regional e os Estados Unidos poderia “afetar a possibilidade de fornecer às crianças e às outras vítimas do HIV/Aids remédios eficazes de forma gratuita ou ao menor preço possível”.

Esse tipo de resolução tem implicações globais, pois os dispositivos do texto preliminar são comuns a muitos acordos comerciais bilaterais. Discrepâncias similares entre o direito à vida e os direitos de propriedade intelectual das corporações farmacêuticas resultaram em uma declaração em Doha e numa extensão desse acordo antes da Reunião Ministerial de Cancún, que teve o efeito

de revisar a aplicação do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips).

Não existe um supremo tribunal mundial para decidir o que deve prevalecer quando há conflitos entre os direitos humanos e as regulamentações comerciais. Os defensores dos acordos de comércio e investimento e da OMC tentam fazer pressão para priorizá-los em relação a outros tratados e normas nos principais fóruns internacionais: a implementação da Cúpula de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, o tratado contra o tabaco ou as atuais negociações em torno da proteção da diversidade cultural. No momento, só é possível ter coerência em nível de chefes de Estado e de governo. Isso torna a Segunda Cúpula do Milênio tão importante.

Recomendações

Referências da sociedade civil para a revisão de cinco anos da Declaração do Milênio

No período de 14 a 16 de setembro de 2005, foi avaliada a implementação da Declaração do Milênio à luz dos desdobramentos ocorridos desde sua adoção no ano 2000. Na época de sua adoção, a declaração era vista como uma agenda para erradicar a pobreza durante esta geração.

A Declaração do Milênio está baseada nos compromissos adotados pela comunidade internacional na década anterior, em uma série de conferências e cúpulas, incluindo aquelas que trataram de meio ambiente, direitos humanos, igualdade e equidade entre os gêneros, desenvolvimento social, direitos da criança, população, direitos sexuais e reprodutivos, direito à habitação e eliminação do racismo e da discriminação.

Como parte de seus compromissos em 1995, a Cúpula Social da ONU reconheceu que a erradicação da pobreza era possível, e adotou uma estratégia para alcançar esse objetivo. Tal estratégia se baseou em um conceito de desenvolvimento que não apenas se pautava na pobreza, mas considerava o pleno emprego e a inclusão social aspectos igualmente importantes. A sociedade civil desempenhou um papel ativo nas conferências na década de 1990, cobrando os compromissos adotados pelos governos para promover o desenvolvimento por meio da eliminação da pobreza, o estímulo ao pleno emprego e a redução da exclusão social. Esse compromisso desencadeou no surgimento de coalizões em todo o mundo que controlam ativamente a implementação dos compromissos assumidos pelos governos.

Desde a Cúpula do Milênio de 2000, ocorreram eventos críticos que abalaram a comunidade internacional: dos ataques de 2001 contra os Estados Unidos, e as subseqüentes intervenções militares no Afeganistão e no Iraque, ao *tsunami* asiático.

Vem prevalecendo um conceito militar de segurança que não está baseado numa noção de segurança para todas as pessoas – na segurança humana em todas suas dimensões. Ao contrário, promove a segurança para algumas, pela concentração de poder nas mãos de poucas pessoas. Além disso, ao reconhecer publicamente uma doutrina de ação militar preventiva unilateral, indo à guerra sem autorização da comunidade internacional, com base numa decisão do Conselho de Segurança da ONU, os Estados Unidos e seus aliados solaparam os próprios objetivos para os quais a organização foi criada.

Uma ordem mundial unipolar está sendo criada. Nela, o poder dominante promove um único conjunto de valores que abarcam todos os aspectos da vida: econômicos, políticos, culturais, religiosos e éticos. É inevitável que as diferenças sejam reforçadas, fortalecendo as divisões e a intolerância geradoras de conflitos.

A segurança não pode ser garantida pela força. Os conflitos não podem ser resolvidos com armas. Somente poderemos ter esperanças de um futuro estável quando confrontarmos seriamente as desigualdades que nos dividem, promovermos a justiça social e assegurarmos os direitos humanos de todas as pessoas.

Não se pode subestimar a urgência de realizar isso. A ameaça muito real da destruição da vida humana na sua forma atual, assim como da flora e da fauna, pelo aquecimento global, ainda não foi enfrentada de forma adequada. O impacto sobre as pessoas começa a ser sentido, afetando mais as comunidades marginalizadas. Embora os efeitos devastadores do *tsunami* asiático possam não ser resultado de mudança climática, eles certamente enfatizaram a vulnerabilidade das comunidades quando as forças da natureza são liberadas por mudanças no mundo natural em que vivemos.

Sem dúvida, todos compartilhamos a responsabilidade de garantir que as ameaças à vida e à sustentabilidade de nosso planeta sejam superadas, até mesmo pela adoção de estilos de vidas responsáveis. No entanto, os governos e as pessoas em posição de poder têm uma responsabilidade particular de assegurar que as práticas promovidas e permitidas por eles sejam coerentes com a sustentabilidade permanente de nosso meio ambiente.

A destruição colossal causada pelo terremoto no oceano Índico e o subseqüente *tsunami*, juntamente com suas conseqüências, não somente aumentaram a consciência da responsabilidade internacional, mas também destacaram as diferentes realidades de segurança para pessoas que vivem em contextos distintos. Isso pode ser contrastado com as conseqüências de outras crises, tais como a de Darfur (Sudão), que teve impacto igual sobre as pessoas diretamente afetadas. Da mesma forma, pode ser contrastado com as mortes silenciosas, porém contínuas, de milhões de pessoas, que poderiam ser evitadas. Ao menos, o *tsunami* aguçou a percepção pública da complexidade e da realidade, eticamente intolerável, da desigualdade entre as pessoas muito ricas e as muito pobres.

Esses eventos destacam a natureza interligada do mundo em que vivemos, onde as conseqüências de decisões, ações e acontecimentos ocorridos numa parte do mundo cada vez mais têm impacto sobre as pessoas e as comunidades no plano global. Os eventos também ilustram claramente as conseqüências das desigualdades flagrantes existentes hoje, não somente na distribuição de riqueza e renda, como no acesso às pessoas que tomam decisões e ao poder, assim como no acesso aos recursos que sustentam a própria vida. Tais desigualdades, que contribuem

diretamente para gerar a pobreza e para sua manutenção, são aspectos centrais na geração e manutenção da instabilidade.

A revisão da Declaração do Milênio e as posições assumidas pelos governos na preparação dessa revisão serão analisadas à luz desses eventos. Em setembro de 2005, e durante as preparações para a revisão nos meses precedentes, a comunidade internacional teve a oportunidade de confrontar os desafios cruciais de nosso tempo e estabelecer uma estratégia ambiciosa, necessária para assegurar o futuro do mundo para as próximas gerações. O reconhecimento de todos os direitos humanos deve ser um princípio diretor. O êxito depende do envolvimento de todas as partes interessadas.

Pessoas de todo mundo sabem o que está em jogo. Aquelas que viveram a experiência do *tsunami* asiático compreendem a fragilidade da vida. Os refugiados de Darfur entendem as conseqüências da insegurança. As comunidades dizimadas pelo HIV/Aids lutam pela sobrevivência. Os agricultores e as agricultoras que perderam seus meios de subsistência, dos quais dependiam suas famílias, sabem o que significa a miséria absoluta. Para essas pessoas, e para milhões como elas, as desigualdades do mundo têm conseqüências reais.

Foi com base nesse tipo de experiência que as organizações da sociedade civil de todo o mundo se uniram na Chamada Global para Ação contra a Pobreza em torno de reivindicações políticas básicas: mais ajuda e de melhor qualidade para as pessoas pobres, justiça nas relações comerciais, cancelamento da dívida e o estabelecimento de prioridades e políticas na luta contra a pobreza, com prestação de contas à cidadania. Essas idéias levaram à criação de um movimento de opinião de grupos comunitários de todo o mundo, ONGs, sindicatos, indivíduos, grupos religiosos, organizações de mulheres, ativistas dos direitos humanos e muitos outros. Celebidades, pessoas que atuam na política, diplomatas e cidadãos(ãs) comuns têm expressado apoio a essas reivindicações usando uma pulseira branca, um dos símbolos da campanha.

Quando o embaixador Jean Ping, presidente da Assembléia Geral da ONU, pediu às organizações da sociedade civil visões mais específicas e recomendações para a nova Cúpula do Milênio, centenas de organizações e indivíduos endossaram uma lista detalhada de 11 “referenciais”, listados a seguir, que resumem essas reivindicações.⁸

⁸ O documento completo e a lista de signatários estão disponíveis em <www.socialwatch.org>.

Referencial 1:

Da erradicação da pobreza à diminuição da desigualdade

O mundo tem os meios para erradicar a pobreza. E isso pode e deve ser realizado. A fome, a desnutrição e a condenação a uma vida na pobreza são afrontas à humanidade e uma negação dos direitos humanos básicos. Assim, temos a obrigação de erradicar a pobreza e devemos realizar todos as ações possíveis para garantir que esse objetivo seja atingido. O que está faltando é a vontade política de fazer com que isso aconteça. A comunidade internacional deve não somente reafirmar seu compromisso com a erradicação da pobreza em todo o mundo no menor prazo possível, como cada governo deve reconhecer sua obrigação individual e coletiva de implementar estratégias eficazes para sua erradicação.

A pobreza não é um dado estatístico e não pode ser definida pela renda de US\$ 1 ou US\$ 2 por dia. Não há benefícios em separar as pessoas muito pobres daquelas que estão quase nessa situação e as pobres dentre as ricas dos países em desenvolvimento das pobres dentre as ricas dos países desenvolvidos. Todas essas situações devem ser enfrentadas. A pobreza está baseada numa distribuição de renda radicalmente desigual, mas também na distribuição desigual de bens, no acesso desigual a trabalho, emprego, serviços e benefícios sociais, na distribuição desigual do poder político e do acesso à informação e à participação política. Em grande medida, isso é o resultado de desequilíbrios muito bem estabelecidos e persistentes no funcionamento da economia global. De acordo com a Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, esses desequilíbrios são “eticamente inaceitáveis e politicamente insustentáveis”. Com maior frequência, as mulheres estão entre as pessoas que sofrem essas desigualdades.

A desigualdade e a injustiça social são fontes importantes da instabilidade e dos conflitos nacionais e internacionais. Enquanto há pessoas lutando em busca de meios de sobrevivência, outras possuem mais do que o suficiente e, com frequência, procuram acumular ainda mais. Uma resposta adequada à pobreza somente será encontrada em iniciativas amplas e redistributivas, que confrontem todos os aspectos da desigualdade, com atenção particular à sua dimensão de gênero. Uma ênfase concertada no desenvolvimento social constitui uma contribuição fundamental para a erradicação da pobreza, focalizada na provisão de saúde básica, educação fundamental, água e saneamento. Alcançar as MDMs na cronologia acordada é somente a parte mais urgente do necessário a fazer para cumprir essas exigências.

A segurança e a estabilidade só podem ser atingidas quando a justiça social for assegurada, quando o direito de todas as pessoas aos meios de vida – água, saúde, alimento, habitação etc. – for respeitado, e quando todas tiverem acesso aos meios de subsistência para si próprias, suas famílias e comunidades.

Os governos devem assumir o compromisso de erradicar a pobreza e de alcançar a justiça social. Esse referencial exige:

- a reafirmação da convicção de que a pobreza pode ser erradicada, como foi feito há dez anos em Copenhague;
- o compromisso de erradicar a pobreza em cada um dos países até 2025, com a pobreza sendo definida em cada país com base nas diferentes realidades nacionais;
- o compromisso de que as estratégias nacionais para a erradicação da pobreza sejam definidas por cada país até 2007, elaboradas em um processo de consultas transparentes, com o engajamento ativo das pessoas pobres;
- a implementação das políticas dedicadas à redução das desigualdades, incluindo aquelas que garantam acesso universal e a custo acessível a serviços sociais públicos essenciais de qualidade, políticas fiscais redistributivas e respeito às normas trabalhistas essenciais;
- a suspensão das políticas de privatização e “liberalização” que levam à concentração dos recursos em poucas mãos, que, com frequência, são estrangeiras;
- o fortalecimento das exigências de relatórios e revisões do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, para assegurar revisões mais frequentes e completas do cumprimento por parte dos Estados de suas obrigações de direitos humanos em relação a seus cidadãos e cidadãs;
- o compromisso de informar com regularidade ao Conselho Econômico e Social da ONU (Ecosoc) sobre os avanços na implementação dessas estratégias. Os primeiros relatórios devem ser apresentados até o ano 2007.

Referencial 2:

Melhores estratégias para o desenvolvimento – o papel das instituições financeiras internacionais (IFIs)

As estratégias de desenvolvimento de um país devem estar informadas pelas experiências de seu povo. Nas últimas décadas, extensas condições macroeconômicas foram vinculadas ao fornecimento de ajuda para o desenvolvimento e de empréstimos, assim como ao cancelamento da dívida, com conseqüências desastrosas para o desenvolvimento social. As políticas de ajuste estrutural, liberalização e privatização aumentaram as desigualdades, tendo impacto mais severo sobre as comunidades e famílias que tinham menos acesso a trabalho digno e a meios de subsistência sustentáveis.

Para a maioria das pessoas vivendo na pobreza – entre as quais há um número desproporcional de mulheres e crianças –, a agricultura e a pesca são os únicos meios de subsistência viável para si próprias e suas famílias. As reformas econômicas impostas aos países em desenvolvimento têm promovido a produção para a exportação, especialmente de produtos primários, cujos preços mundiais vêm declinando de forma dramática,

além de gerarem um maior controle dos interesses corporativos sobre a agricultura e a pesca. Isso tem causado um crescente empobrecimento de grandes setores das sociedades dos países em desenvolvimento, para os quais não há alternativas.

A noção de que as medidas para aumentar o comércio levariam à erradicação da pobreza não tem funcionado, como pode ser comprovado por várias análises estatísticas que cobrem os 20 anos decorridos desde a imposição de políticas de liberalização do comércio e dos modelos de desenvolvimento econômico voltadas para a exportação. Embora os Planos Estratégicos de Redução da Pobreza (PRSP, na sigla em inglês)⁹ do FMI e do Banco Mundial tivessem sido supostamente introduzidos para enfrentar esses efeitos negativos, isso não aconteceu.

Em teoria, o objetivo desses planos estratégicos de assegurar que as estratégias de desenvolvimento de um país fossem focalizadas adequadamente na pobreza e que a alocação da ajuda para o desenvolvimento tivesse crescente “controle” do país recipiente estava de acordo com espírito da MDM 8 e sua “parceria global para o desenvolvimento”. No entanto, a experiência mostra que isso continua longe da realidade e que numerosas condições macroeconômicas são ainda vinculadas à ajuda.

Os empréstimos do Banco Mundial apóiam programas específicos de reformas, que incluem ações (condicionalidades) consideradas críticas para o êxito do programa pelo Banco e pelo FMI. As negociações de empréstimos são ainda conduzidas a portas fechadas nos ministérios da fazenda e nos bancos centrais. As políticas macroeconômicas fracassadas no passado continuam a ser promovidas. Não é surpreendente que o “controle” das estratégias de desenvolvimento nacional não tenha correspondido às suas promessas.

A retirada do Estado e a privatização da provisão de serviços, como atendimento à saúde, água e educação, nega acesso cada vez mais às pessoas que não podem pagar por algo que constitui um direito humano básico. A globalização e a liberalização do comércio, a corporativização da agricultura e outras formas de produção não devem ser os marcos de referência da agricultura. Ao contrário, os princípios diretores devem ser: os meios de subsistência locais e sustentáveis, a segurança alimentar, a regeneração ambiental e as preocupações sociais.

Os governos devem promover estratégias de desenvolvimento baseadas nas necessidades e experiências das pessoas.

Esse referencial requer:

- o fortalecimento da formulação nacional de políticas públicas, baseadas nas necessidades e prioridades definidas no plano nacional e identificadas por meio de processos participativos.

⁹ Planos Estratégicos de Redução da Pobreza são documentos de políticas exigidos pelo Banco Mundial e o FMI dos países pobres altamente endividados, como precondição para obter qualquer alívio em suas dívidas externas.

Isso deve ser definido num marco de referência baseado nos direitos e permitir que os interesses autodefinidos dos(as) vendedores(as) de rua, trabalhadores(as) industriais, pescadores(as) e trabalhadores(as) do campo sejam claramente refletidos nas estratégias nacionais de desenvolvimento;

- a transparência no processo de estabelecer uma estratégia nacional de desenvolvimento que apóie a participação efetiva das partes nacionais interessadas na formulação de políticas públicas nacionais;
- o estabelecimento de PRSPs que digam respeito à apropriação real (ownership), por meio de um processo decisório definido nacionalmente, com participação efetiva da sociedade civil e transparência (accountability) perante os parlamentos nacionais;
- reformas agrária e aquária realizadas para garantir que agricultores e agricultoras, pescadores(as) e outras comunidades rurais tenham acesso, controlem e administrem os recursos produtivos. É preciso focalizar especialmente nas mulheres, assegurando a manutenção de seu controle e acesso a recursos, tais como sementes.

Referencial 3: Alcançar a igualdade e a equidade entre os gêneros

A redução da pobreza e o empoderamento das mulheres estão vinculados de muitas maneiras. As mulheres constituem a maioria das pessoas pobres do mundo e muitas vezes suportam a carga social e econômica de cuidar dos indivíduos mais vulneráveis da comunidade, como crianças, pessoas idosas e doentes. As mulheres e as meninas que vivem na pobreza também correm mais riscos de se tornarem vítimas da violência de gênero, têm mais probabilidade de serem infectadas pelo HIV/Aids, de morrerem ao nascer ou serem vendidas como escravas.

As reformas econômicas que desmantelam as obrigações sociais do Estado e privatizam bens públicos têm um impacto desproporcional sobre as mulheres e aprofundam a desigualdade entre os gêneros, uma vez que as mulheres são pressionadas a preencher as lacunas deixadas pelo Estado. Ao mesmo tempo, as mulheres constituem agentes ativos vitais de qualquer estratégia para erradicar a pobreza. Bloquear o acesso pleno e livre das mulheres ao setor econômico e ao mercado de trabalho não é somente uma negação de seus direitos humanos básicos, mas também prejudica o desenvolvimento econômico de um país. A pobreza não pode ser enfrentada com êxito sem assegurar a igualdade de acesso aos meios de subsistência e a equidade de oportunidades entre homens e mulheres. Embora a igualdade e a equidade entre os gêneros sejam objetivos fundamentais em si mesmos, também são requisitos essenciais para a erradicação da pobreza.

Os objetivos das MDMs relacionados ao empoderamento das mulheres (MDMs 3 e 5) devem

ser alcançados, mas não são suficientes. Para atingir a meta de equidade entre os gêneros, deve-se entender esse conceito de modo abrangente, não podendo ser somente limitado às questões incluídas nas MDMs. Outros aspectos cruciais, como conflitos, violência, direitos sexuais e reprodutivos, assim como os direitos em geral, também devem ser clara e explicitamente enfrentados. É imperativo que as relações entre equidade de gênero, erradicação da pobreza e promoção da justiça social sejam amplamente incorporadas às estratégias futuras.

Os governos devem reconhecer plenamente a centralidade da igualdade e da equidade entre os gêneros para o êxito de qualquer estratégia de desenvolvimento.

Esse referencial requer:

- ênfase crescente em atingir a igualdade entre os gêneros na implementação nacional, regional e internacional da estratégia de desenvolvimento, por meio do estabelecimento de objetivos significativos e de indicadores para medir seus avanços;
- identificação de medidas explícitas para alcançar a igualdade entre os gêneros, no contexto da MDM 8, especialmente para assegurar que seja promovida nos PRSPs e na nova arquitetura da ajuda;
- um acordo entre doadores e seus parceiros para alocar 10% dos recursos à promoção da igualdade entre os gêneros e apoiar atividades específicas que promovam o empoderamento das mulheres;
- cada governo deve implementar seus compromissos de promover a igualdade entre os gêneros assumidos na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – Cedaw (1978) e na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (1995), assim como de adotar um protocolo facultativo à Cedaw.

Referencial 4: Tomar medidas urgentes diante da mudança climática

O complexo equilíbrio ecológico de nosso planeta, que é a base da própria vida, enfrenta ameaças sem precedentes, em grande parte como consequência das estratégias de desenvolvimento perseguidas pela humanidade. Nossa própria sobrevivência pode depender de ações radicais e imediatas para combater as pressões insustentáveis que criamos. Já podemos verificar crescentes ameaças às comunidades em todo o mundo. As pessoas mais afetadas pelas consequências imediatas da degradação ecológica e das mudanças ambientais são as mais vulneráveis – especialmente as comunidades marginalizadas e as que vivem na pobreza.

Muitos aspectos do equilíbrio ecológico do mundo precisam ser enfrentados, mas o aquecimento e a mudança climática globais representam uma ameaça significativa. As temperaturas mais altas já aceleraram o ritmo do degelo das geleiras árticas, e estudos científicos recentes apontam que estarão reduzidas em 50% no fim deste século.

Previsões estimam que, até o ano 2050, mais de 1 milhão de formas de vida terá sido perdido.

Quando medidas são implementadas, isso ocorre de forma lenta e insuficiente, especialmente se considerarmos as possíveis consequências calamitosas. A relutância de algumas nações, particularmente daquelas desproporcionalmente mais responsáveis pelas emissões que causam o aquecimento global, em assinarem o Protocolo de Quioto não deve impedir a execução de ações urgentes. Com a entrada em vigor do protocolo em fevereiro de 2005, a implementação da redução das emissões e o financiamento dos compromissos deveriam continuar em caráter de urgência. Além disso, considerando os indicadores recentes sobre o ritmo e a profundidade do aquecimento global, deveriam ser estabelecidas rapidamente novas e mais estritas taxas de redução dos gases que causam o efeito estufa.

Os padrões de desenvolvimento aplicados pela humanidade nos últimos três séculos, especialmente nas décadas mais recentes, são a principal causa das emissões dos gases estufa responsáveis pela mudança climática. As nações ricas, pelo estilo de vida de suas populações, têm gerado a maior parte dessas emissões. A ameaça que a mudança climática representa para toda a humanidade exige uma resposta conjunta, com a adoção de medidas radicais imediatas para reduzir essas emissões e enfrentar suas consequências. A responsabilidade primária de tais ações recai sobre grupos que mais se beneficiaram de suas causas.

Como parte da necessidade urgente de ações radicais, as futuras estratégias de geração de energia devem priorizar fontes seguras, renováveis e não-poluentes. Levando em conta a natureza dessa ameaça, que representa perigo para a vida, os interesses da comunidade global não podem ficar reféns daqueles poucos países que não se unem ao esforço comum.

Os governos devem tomar medidas urgentes e ousadas para enfrentar a mudança climática e a degradação ambiental do nosso planeta.

Esse referencial exige:

- o reconhecimento explícito da ameaça grave e imediata representada pela mudança climática;
- a implementação imediata das medidas de redução das emissões incluídas no Protocolo de Quioto;
- o início urgente das negociações para imediata revisão dos compromissos existentes e para um acordo sobre as ações de longo prazo, dentro de um marco de referência global equitativo, que evitará os impactos mais perigosos da mudança climática;
- a provisão de recursos financeiros adicionais, por meio de aumento substancial do nível de financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), introdução de taxas de usuário relacionadas às emissões no espaço aéreo internacional e nos oceanos, introdução de um imposto sobre o combustível de aviação com o objetivo de compensar os danos climáticos causados

pelo tráfego aéreo e, ao mesmo tempo, acabar com o subsídio indireto dado à indústria de aviação, pela isenção de impostos sobre o combustível de aviação;

- medidas para preparar as comunidades mais vulneráveis diante dos impactos inevitáveis, assim como medidas para proteger a flora e a fauna do mundo;
- o compromisso com o princípio de responsabilidade comum, porém diferenciada, como foi acertado na Declaração do Rio, segundo a qual as pessoas e os países pagam os custos de enfrentar a mudança climática em proporção à sua contribuição para os efeitos causadores;
- o compromisso com o uso crescente de formas renováveis de geração de energia.

Referencial 5: Impedir a militarização e a proliferação de armas

O “dividendo da paz”, que despertou muitas esperanças no fim da Guerra Fria, nunca se concretizou. Surgiram novas formas de militarização, à medida que os governos, os movimentos de oposição e outros grupos buscavam impor sua vontade por meio da força das armas. Qualquer que fosse a justificativa, as intervenções militares, em quase todas as circunstâncias, não resultaram em estabilidade. Ao contrário, o resultado tem sido menos estabilidade, como ocorreu no Iraque. Além disso, o fornecimento de ajuda humanitária, que deve estar disponível de forma não-discriminatória a pessoas diretamente afetadas por desastres e conflitos, tem sido cada vez mais associado a objetivos militares, por causa do uso de pessoal militar na distribuição da ajuda.

O comércio global de armas tem um enorme impacto humano, agravando e sustentando conflitos, promovendo a insegurança e solapando o desenvolvimento em algumas das regiões mais pobres do mundo. A cada minuto, pelo menos uma pessoa morre em alguma parte do mundo em virtude da violência armada. Em vários países, recursos naturais preciosos, como diamantes e cobre, estão sendo explorados em troca de armas utilizadas para cometer atrocidades terríveis. As mulheres e as crianças são especialmente vulneráveis: jovens e adultas são estupradas sob a ameaça de armas, enquanto crianças são usadas como soldados – estima-se que 300 mil lutem em conflitos em todo o mundo. A proliferação do comércio de armas é um exemplo cruel da incoerência das políticas dos doadores internacionais.

Os Estados que mais lucram com esse comércio são os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, que juntos controlam cerca de 80% das exportações registradas de armas convencionais. Entre 1998 e 2001, os Estados Unidos, o Reino Unido e a França ganharam mais com o comércio de armas do que contribuíram para a ajuda internacional. Além disso, o relaxamento dos controles de vendas de armas, depois do 11 de Setembro, está levando a uma nova proliferação de armamentos. As armas continuam a ser

canalizadas para países com um histórico de péssimo respeito aos direitos humanos e para países em desenvolvimento que gastam mais com defesa do que com os serviços sociais básicos, desviando recursos de áreas como saúde e educação.

A comunidade internacional precisa demonstrar coerência com seus próprios compromissos de promover a paz e a estabilidade no mundo.

Os governos devem assumir o compromisso de reduzir drasticamente os gastos militares e implementar controles estritos e legalmente vinculatórios sobre a venda de armas.

Esse referencial requer:

- o compromisso vinculatório de pelo menos reduzir à metade os gastos militares de cada país até o ano 2015 e utilizar o resultante “dividendo da paz” para finalidades sociais e ambientais;
- o compromisso vinculatório de promover o desarmamento geral e de banir todas as armas nucleares e de destruição em massa;
- a adoção de um tratado sobre o comércio global de armas, que possa fornecer algumas salvaguardas para o que atualmente é um mercado desregulamentado. Esse tratado asseguraria que todos os governos controlassem as armas de acordo com as mesmas normas internacionais;
- o compromisso de remover milhões de armas ilegais e excedentes que já estão em circulação;
- o compromisso de respeitar a neutralidade e a imparcialidade da ajuda humanitária, tanto em relação à sua distribuição como em relação às organizações humanitárias encarregadas dessa tarefa.

Referencial 6:

O financiamento do desenvolvimento

É responsabilidade de todos os governos e das pessoas de toda parte do mundo gerar os recursos financeiros necessários para alcançar o desenvolvimento sustentável, no qual as necessidades básicas sejam atendidas e todas as pessoas tenham a oportunidade de viver plenamente. As maiores responsabilidades cabem às nações, corporações e indivíduos mais ricos. Como foi claramente identificado no relatório do Projeto Milênio, os atuais níveis de financiamento para o desenvolvimento são insuficientes até mesmo para atingir os objetivos mínimos estabelecidos nas MDMs. Além disso, muitas formas de financiamentos, supostamente fornecidos para o desenvolvimento, na realidade contradizem as metas que promoveriam. Embora reconhecendo a importância crucial do comércio e do investimento na geração dos recursos necessários para garantir formas sustentáveis de desenvolvimento, isso continuará sendo insuficiente para os países em desenvolvimento, especialmente para aqueles de baixa renda.

Geração do financiamento internacional para o desenvolvimento

Para que a comunidade internacional cumpra seus compromissos e obrigações de erradicar a pobreza,

é necessário que haja um aumento substancial da disponibilidade de financiamento para o desenvolvimento. Isso somente pode ser atingido assegurando aumentos reais nas transferências de financiamento dos países ricos para os mais pobres, especialmente nos seguintes aspectos:

• Aumento da ajuda

Para muitos países de baixa renda, a ajuda é a fonte mais importante de financiamento visando o desenvolvimento e também a única fonte real de investimento para a infra-estrutura social básica, vital quando se quer garantir o bem-estar de suas populações e enfrentar a pobreza. A ajuda somente será eficaz quando for sustentável e previsível, contribuindo para as estratégias de desenvolvimento definidas pela própria nação. Ela precisa ser livre de vinculações impostas pelos doadores, que não somente distorcem seu valor, como prejudicam o compromisso da nação com as políticas de desenvolvimento.

Os governos devem garantir que os níveis de ajuda sejam aumentados substancialmente, de modo que as estratégias de desenvolvimento possam ser implementadas.

Em especial, isso exige:

- o compromisso com a duplicação imediata da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) até 2006 para financiar as MDMs;
- o compromisso de cada governo doador de prover pelo menos 0,7% do seu Produto Nacional Bruto (PNB) no máximo até 2015;
- cada governo doador que ainda não alcançou a meta da ONU deveria ter apresentado planos na cúpula de setembro sobre como atingiria essa meta.

• Cancelamento da dívida

Embora haja um reconhecimento claro de que, para muitos países em desenvolvimento, as obrigações do serviço da dívida solapam o desenvolvimento, poucas ações foram realizadas para assegurar que os níveis da dívida fossem sustentáveis.

Os governos devem adotar medidas que, de uma vez por todas, eliminem os níveis insustentáveis da dívida para todos os países em desenvolvimento, de renda baixa e média. A sustentabilidade da dívida precisa ser medida, entre outros fatores, em relação à necessidade de os países endividados cumprirem as MDMs.

Isso exige, em especial:

- cancelar completamente as dívidas nos casos em que deixar de fazê-lo solaparia a capacidade do país de atingir as MDMs;
- promover um cancelamento substancial de dívidas de países de baixa e média renda, além da Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPCA, na sigla em inglês);
- estabelecer imediatamente um procedimento de arbitragem justa e transparente para enfrentar as questões de dívidas insustentáveis, dando o direito de expressão a todas as partes interessadas, protegendo as necessidades

básicas dos devedores e instituindo uma suspensão automática do serviço da dívida. Esse procedimento deve estar baseado num organismo decisório neutro, independente das instituições financeiras internacionais (IFIs), da OMC e de instituições similares;

- assegurar que o financiamento para o cancelamento da dívida seja adicional à meta do doador de atingir seu compromisso de fornecer 0,7% do PNB na AOD;
- realizar o cancelamento da dívida sem condições impostas à política econômica, tais como privatização e liberalização.

• Instituição de impostos internacionais

Cada vez mais, tem sido reconhecida a necessidade de novas formas de financiamento internacional para o desenvolvimento. Agora é necessário que sejam assumidos compromissos para transformar isso em realidade. Muitas das propostas feitas são justificadas e viáveis. Em muitos casos, a implementação dos impostos propostos não somente forneceria recursos adicionais para o desenvolvimento, como cumpriria um papel construtivo na regulamentação de ações que causam instabilidade nos sistemas econômicos globais ou têm impacto negativo sobre o meio ambiente. Esses impostos internacionais precisam tratar do uso dos bens comuns globais, de transações financeiras e operações cambiais de curto prazo, e do comércio de itens com impacto internacional negativo (como no equilíbrio ecológico mundial, na promoção de conflitos etc.).

Os governos devem estabelecer mecanismos de taxação internacional que não somente forneçam recursos financeiros adicionais para o desenvolvimento, como controlem processos insustentáveis e danosos.

Isso exige, em especial:

- o compromisso de estabelecer impostos internacionais com base em uma ou várias das propostas atuais, especialmente do imposto sobre transações cambiais e o imposto internacional sobre combustível de aviação;
- o compromisso de desenvolver sistemas para compartilhar informações sobre transferências financeiras ao exterior e melhorar a coordenação global dos impostos, para aumentar as receitas fiscais e controlar a corrupção;
- o compromisso de adotar medidas que levarão à abolição imediata de todos os parâmetros fiscais.

Geração de financiamento nacional para o desenvolvimento

Todos os governos têm a obrigação de gerar recursos financeiros internos que possam ajudar a financiar suas estratégias de desenvolvimento. Eles também estão obrigados a usar os recursos financeiros da forma mais eficiente possível, além de prestar contas de seu uso à população de maneira transparente e acessível. A mobilização do financiamento doméstico é um meio importante de confrontar as desigualdades nacionais,

especialmente por meio de impostos progressivos e da taxação das corporações.

É necessário que os governos estabeleçam sistemas fiscais equitativos em cada país.

Em especial, devem:

- apoiar o fortalecimento de sistemas fiscais progressivos no plano nacional;
- assumir o compromisso da transparência nos orçamentos e nas contas nacionais, incluindo a integração do orçamento de gênero, para melhorar a prestação de contas dos governos aos cidadãos e às cidadãs locais em relação ao uso dos recursos;
- definir uma convenção internacional para facilitar a recuperação e repatriação de fundos apropriados ilegalmente dos tesouros nacionais dos países em desenvolvimento;
- estabelecer um acordo multilateral sobre o compartilhamento eficaz de informações fiscais entre os países, para controlar a evasão fiscal.

Referencial 7: Justiça nas relações comerciais

Repete-se enfaticamente que o comércio tem muito mais potencial de financiar o desenvolvimento do que a ajuda oficial. Isso só ocorre quando as regras do comércio internacional têm dispositivos eficazes para proteger os direitos e as necessidades dos países em desenvolvimento e de seus produtores. Atualmente, o comércio é um veículo para a liberalização indiscriminada das economias dos países em desenvolvimento e a imposição de condições prejudiciais, em vez de apoiar o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a equidade entre os gêneros.

As políticas comerciais precisam ser reorientadas para promover o comércio justo e o desenvolvimento sustentável. As regras e políticas comerciais devem assegurar o direito dos países em desenvolvimento de perseguir suas próprias agendas de desenvolvimento, colocando em primeiro lugar os interesses de seus povos. Isso inclui medidas para proteger os serviços públicos da liberalização e da privatização forçadas, garantindo o direito à alimentação e o acesso a medicamentos essenciais e reforçando a transparência empresarial. Os conhecimentos de pessoas que trabalham na agricultura e as tecnologias indígenas devem ser devidamente reconhecidos, e a pesquisa precisa ser reorientada para incluí-los.

Para muitos países em desenvolvimento, a exportação de um ou mais produtos primários continua a ser a fonte da maior parte de suas receitas de exportação. O declínio dos preços das *commodities* tem corroído até 50% de suas receitas, agravando a dependência da ajuda e aumentando a insustentabilidade de suas dívidas.

Os governos devem assegurar que o sistema de comércio global seja justo.

Esse referencial exige:

- o fim das condições impostas pelas instituições financeiras internacionais e outros doadores sobre a ajuda e o cancelamento da

dívida, que determinam as políticas comerciais dos países em desenvolvimento;

- tratamento especial, efetivo e transparente para os países em desenvolvimento no sistema de comércio global;
- abolição de toda forma de subsídio dos países ricos que distorcem o comércio;
- mais responsabilidade e transparência dos governos e das organizações internacionais em relação às bases populares na formulação das regras do comércio internacional e das políticas nacionais de comércio, assegurando a coerência das políticas comerciais com o respeito aos direitos de trabalhadores e trabalhadoras e, mais amplamente, aos direitos humanos;
- mecanismos internacionais eficazes e transparentes para apoiar os preços das *commodities* e compensar os países em desenvolvimento pelas flutuações de preço.

Referencial 8: Combate ao HIV/Aids e a outras pandemias

Morte e incapacitação resultantes de doenças são catástrofes humanas permanentes e, muitas vezes, evitáveis. Essas catástrofes são comparativamente muito maiores do que quase todas as outras. Constituem também uma limitação séria para o desenvolvimento, atingindo as comunidades pobres e marginais de forma desproporcional, especialmente aquelas que têm acesso inadequado ao atendimento à saúde. O HIV/Aids é uma ameaça especial. A MDM relacionada ao HIV/Aids é escandalosamente modesta e inadequada no seu reconhecimento do potencial de prolongamento da vida pelo acesso ao tratamento.

Na Assembléia Geral das Nações Unidas de 2001 sobre o HIV/Aids, os Estados membros expressaram sua preocupação de que a epidemia constituía uma emergência global. Desde essa época, a situação tem se deteriorado. Na Conferência Internacional sobre Aids de 2004, líderes mundiais presentes ao evento confirmaram que mais de 38 milhões de pessoas viviam com Aids no mundo e que a epidemia se espalhava em todas as regiões.

O HIV/Aids afeta os países mais pobres de forma desproporcional. A região mais atingida é a África Subsaariana, onde quase 40% de todas as mortes são causadas pela Aids. O enorme impacto do HIV/Aids no capital humano desses países é uma grave ameaça ao desenvolvimento. Pelo seu efeito sobre as pessoas diretamente atingidas, assim como sobre seus filhos e filhas, parentes e comunidades, a Aids solapa a capacidade produtiva presente e futura. Outras doenças pandêmicas tratáveis, como a malária e a tuberculose, agravam a ameaça à vida e aos meios de subsistência de milhões de pessoas nos países em desenvolvimento.

O tratamento das pessoas infectadas é possível e está disponível. Porém, das milhões de pessoas que necessitam de tratamento, somente

algumas centenas de milhares têm acesso a ele. Isso não ocorre apenas em consequência de atitudes sociais e culturais, pelo estigma associado à doença e pela relutância dos governos em assumir uma liderança enérgica, mas também pela deferência aos privilégios e proteções dados às empresas farmacêuticas. Somente a ampla e permanente campanha da sociedade civil e os projetos inovadores levaram alguns governos, como o do Brasil, a prover acesso gratuito às pessoas afetadas e a um reconhecimento do direito à saúde por parte da OMC. A vasta maioria de homens e mulheres que precisam de tratamento ainda espera pelo reforço dos serviços e dos fundos que evitaria milhares de mortes a cada semana.

Na Conferência Internacional de Bangcoc (2004), líderes mundiais admitiram que não faziam o suficiente para prevenir o avanço do HIV/Aids ou para diminuir seus efeitos. Assim, é necessário renovar o compromisso, apoiado na vontade política, de combater essa epidemia que representa um sério obstáculo ao desenvolvimento global e reduzir seu impacto. Todas as intervenções devem levar em conta a questão de gênero, pois as estatísticas mostram que 60% das pessoas adultas afetadas pelo HIV/Aids na África são mulheres. Isso faz com que o seu empoderamento seja uma questão vital na luta contra o HIV/Aids.

Deve ser dada ênfase especial ainda às políticas e intervenções que tratam das crianças afetadas pelo HIV/Aids, incluindo aquelas que ficaram órfãs por causa da doença. Foi iniciada na África e se espalha ao redor do mundo uma campanha denominada *Free by 5* (Gratuito até 2005)¹⁰, para garantir a todas as pessoas o acesso equitativo ao tratamento, sem taxa de usuário(a).

Os governos devem reconhecer a luta crítica contra as pandemias que devastam inumeráveis comunidades e assegurar prioridade adequada a seu enfrentamento.

Este referencial requer:

- o aumento radical do apoio financeiro à iniciativa “3 by 5”¹¹ da Organização Mundial da Saúde (OMS), seguida por uma iniciativa “6 by 7” (US\$ 6 milhões até 2007) para estender o tratamento. Além disso, deve ser assegurado um financiamento sustentado e previsível para o Fundo Global de Luta contra a Aids, Tuberculose e Malária;
- o lançamento de um serviço de emergência global e o fornecimento do tratamento anti-retroviral gratuito e administrado publicamente (incluindo a vacinação, caso uma vacina eficaz seja desenvolvida);

- a renovação do compromisso com a bem consolidada perspectiva de “saúde para todas as pessoas”, juntamente com aumentos substanciais dos fundos para reconstruir e expandir os sistemas de saúde de todos os países em desenvolvimento;
- moratória sobre qualquer nova extensão dos termos de proteção de patentes para medicamentos e sobre novas cláusulas do Trips nos acordos comerciais bilaterais e regionais. Nenhum *Trips Plus*;
- a criação de um mecanismo de respaldo público à iniciativa de âmbito mundial *Free by 5*, que garanta acesso ao tratamento gratuito e sem discriminações.

Referencial 9: Promoção da responsabilidade social da empresa

As corporações transnacionais são as principais protagonistas e beneficiárias da globalização, porém não são responsabilizadas globalmente. Elas estão permanentemente envolvidas na violação de normas sociais, ambientais e de direitos humanos. As corporações e os governos têm respondido aos impactos negativos da atividade empresarial, amplamente reconhecidos, por meio de centenas de códigos de conduta por empresa e setor, assim como por iniciativas de “parceria” voluntária. O Compacto Global, iniciado pelo secretário geral da ONU, é o melhor exemplo de estratégia política que visa predominantemente à autorregulação voluntária da indústria.

Com a ajuda dos exemplos das *melhores práticas*, espera-se que as empresas envolvidas demonstrem seu senso de responsabilidade em relação à sociedade. No entanto, a influência da indústria e os impactos das atividades corporativas transnacionais vão além desses campos políticos *soft*. Por trás da cortina das iniciativas de parceria e dos processos de diálogo, muitas corporações e associações empresariais continuam a perseguir implacavelmente seus próprios interesses específicos nas áreas *hard* da política. Suas atividades afetam seriamente a segurança humana das pessoas em todo o mundo. Assim, existe a necessidade de instrumentos internacionais legalmente vinculatórios, garantindo que as atividades das transnacionais sejam coerentes com as convenções e normas acordadas internacionalmente.

Na Cúpula de Johannesburgo, em 2002, os governos assumiram um claro compromisso de “promover ativamente a responsabilidade empresarial e a prestação de contas, baseadas nos Princípios do Rio, incluindo o desenvolvimento pleno e a efetiva implementação de acordos e medidas intergovernamentais [...]”.¹² Em 2003, a Subcomissão da ONU sobre Promoção e Proteção dos Direitos Humanos aprovou as “Normas sobre as

Responsabilidades de Empresas Transnacionais e outros Empreendimentos com Relação aos Direitos Humanos”.¹³ Essas normas representam um marco e são uma reafirmação sucinta, porém abrangente, dos princípios legais internacionais aplicáveis às empresas com relação aos direitos humanos, à lei humanitária, à legislação trabalhista internacional, à legislação ambiental, à legislação do consumidor e às leis anticorrupção.

Os governos devem assumir o compromisso de fazer com que as empresas transnacionais e outros empreendimentos comerciais sejam responsáveis perante a comunidade global e as gerações futuras.

Esse referencial exige:

- o compromisso de apoiar as “Normas sobre as Responsabilidades de Empresas Transnacionais e outros Empreendimentos com Relação aos Direitos Humanos” e de tomar medidas concretas para sua plena implementação;
- um instrumento internacional vinculatório para aumentar a transparência dos fluxos financeiros entre as transnacionais, especialmente na indústria extrativa, e os governos, como foi proposto pela campanha internacional “Publique o que você paga” (Publish what you pay).

Referencial 10: Democratização da governança internacional

Um sistema de governança aberto, transparente e acessível é vitalmente necessário para assegurar o desenvolvimento global equitativo. Nesse sistema, os direitos humanos devem ser observados, e o estado de direito, respeitado. A garantia disso é primariamente uma responsabilidade das autoridades nacionais, num marco legal estabelecido no plano nacional. Esse marco deve ser coerente com os acordos e obrigações internacionais, especialmente com aqueles que definem os direitos humanos aceitos internacionalmente. No entanto, a aplicação de leis nacionais não é sempre suficiente para a consecução da justiça e há uma necessidade crescente de fortalecer um marco legal internacional, de modo que governos, corporações e indivíduos possam ser responsabilizados por atos que violem os direitos humanos e outros acordos internacionais.

A legitimidade de nosso sistema de governança internacional está em jogo. O poder global traz para governos, corporações e até mesmo indivíduos a responsabilidade e a necessidade de prestar contas à comunidade internacional como um todo. Entretanto, o domínio efetivo de nossas instituições multilaterais por uma minoria de governos, que utilizam sua posição para promover seus interesses específicos acima de todos os demais, não é mais aceitável, especialmente quando aqueles mesmos governos deixaram de aderir à vontade da maioria internacional.

10 A Declaração “Free by 5” é uma referência ao projeto “3 by 5” – Tratar 3 milhões até 2005 – para enfatizar a necessidade de tratamento gratuito a todas as pessoas afetadas pelo HIV/Aids.

11 “Tratar 3 milhões até 2005” (3 by 5) é a iniciativa global da OMS e do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaid), adotada em 2003, para fornecer, até o fim de 2005, terapia anti-retroviral a 3 milhões de pessoas com HIV/Aids nos países em desenvolvimento.

12 Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Plano de Implementação, parágrafo 49. Johannesburgo, setembro de 2002.

13 Subcomissão da ONU sobre Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, resolução 2003/16.

Há muito tempo é necessária uma reforma de nosso sistema internacional de governança. Ele precisa ser reconstruído para incorporar os princípios de justiça e democracia. As Nações Unidas ainda são a instituição mais legítima e representativa para garantir um sistema eficaz de governança internacional, contudo a administração dos enfoques globais das políticas econômicas, monetárias e comerciais está efetivamente fora do âmbito da ONU, e sim nas instituições financeiras internacionais e na OMC. Essa ausência de conexão com a ONU tem levado a desequilíbrios estruturais no sistema de governança global que favorecem os paradigmas econômicos em detrimento do desenvolvimento humano, solapando as prioridades políticas definidas no marco da ONU.

Isso precisa ser modificado, de modo que a ONU retome sua centralidade política global, com base em novos mecanismos que assegurem um processo decisório eficaz, democrático, transparente e responsável. O Banco Mundial, o FMI e a OMC devem ser trazidos inteiramente para dentro do sistema da ONU, com a redefinição de seus papéis. Suas estruturas de direção também precisam ser reformadas, para refletir as mudanças na economia global.

Os governos devem assumir o compromisso de realizar uma reforma radical no sistema multilateral de governança e de fortalecer e democratizar as Nações Unidas.

Esse referencial requer:

- o restabelecimento de um Conselho Econômico e Social da ONU reformado, no qual a participação como membro seja baseada nos princípios de representação, prestação de contas e responsabilidade comum. O novo Conselho Econômico e Social deve ser a autoridade legal global de última instância no que diz respeito a assuntos econômicos e sociais e suas decisões devem ser legalmente aplicáveis;
- a transformação da participação como membro no Conselho de Segurança, de modo que sejam aplicados os mesmos princípios de representação, prestação de contas e responsabilidade comum;
- a reforma do Banco Mundial, do FMI e de outras instituições financeiras internacionais, juntamente com a OMC, para que adiram a esses princípios, porém prestando contas em última instância ao Conselho Econômico e Social reformado. Seus papéis devem ser redefinidos, de modo que o Banco Mundial seja um banco de desenvolvimento dentro do sistema da ONU, o mandato do FMI seja focalizado na salvaguarda da estabilidade financeira global e a OMC fique restrita à regulamentação do comércio internacional;
- o estabelecimento de revisões parlamentares públicas e regulares das políticas e ações das instituições econômicas multilaterais e do papel e enfoque assumidos pelos governos nacionais, com participação da sociedade civil;

- o fortalecimento das instituições jurídicas – a Corte Internacional de Justiça e a Corte Criminal Internacional – responsáveis pela implementação do estado de direito internacional.

Referencial 11:

Envolvimento da sociedade civil

A participação das partes interessadas é central nas estratégias de desenvolvimento bem-sucedidas. O conceito de apropriação (*ownership*) pelas partes interessadas, promovido vigorosamente na Declaração do Milênio, nos PRSPs e nas estratégias de ajuda ao desenvolvimento, requer um envolvimento dos atores em todos os níveis. Os processos de participação nacionais devem formar a base do engajamento da sociedade civil na identificação, formulação e implementação das estratégias que tratam das necessidades específicas dos países e do contexto nacional. Os governos precisam facilitar o engajamento da sociedade civil, para que seja aberto, transparente e inclusivo. Transformar os governos locais em instituições democráticas eficazes é vital para que as comunidades possam proteger seus interesses materiais e políticos. Recursos básicos, como a água, podem ser protegidos e utilizados de maneira sustentável. Da mesma forma, a participação da sociedade civil precisa ser facilitada nos planos regional e global.

O processo de revisão da Declaração do Milênio deve refletir o papel crucial da interação dos governos com a sociedade civil e dar amplo espaço para que as organizações da sociedade civil envolvam-se de forma significativa no processo de revisão. Em última análise, para que a Declaração do Milênio e as MDMs tenham significado político real, o controle e o apoio da sociedade civil devem ser fatores vitais na sua promoção. Embora a sociedade civil esteja pronta para esse envolvimento, os governos que negociam a revisão da Declaração do Milênio devem ouvi-la e incorporar as preocupações dos cidadãos e das cidadãs. A ONU precisa garantir espaço para que essa interação seja produtiva, num verdadeiro espírito de metas comuns, promovidas de forma aberta, transparente e responsável.

Os governos devem assegurar que o engajamento da sociedade civil no processo decisório – nacional, regional e internacional – seja facilitado de forma efetiva.

Esse referencial exige:

- o compromisso de assegurar que os processos nacionais de engajamento sejam transparentes, abertos, acessíveis e coerentes;
- o estabelecimento e o fortalecimento de mecanismos de participação para as organizações regionais;
- a implantação de mecanismos no plano das Nações Unidas e outras organizações internacionais que dêem transparência aos processos de debate e decisões, acesso às agendas, aos documentos e relatórios, assim como às próprias reuniões, mesmo às da Assembléia Geral;

- provisão de instalações de trabalho na própria ONU;
- a implementação da proposta de um fundo fiduciário ampliado para apoiar a participação da sociedade civil nos processos da ONU, tanto em nível regional como na própria sede da ONU;
- um envolvimento significativo e efetivo com as organizações da sociedade civil na preparação da Cúpula de setembro de 2005, em Nova York e durante o evento, reconhecendo a legitimidade e o papel crucial da sociedade civil em assegurar estratégias e políticas aceitáveis e eficazes, assim como sua implementação (o que, de fato, não ocorreu).

Fim das desculpas

Chegou a hora de ousar e atuar de forma decisiva. Qualquer outra atitude seria irresponsável. Em setembro de 2005, líderes mundiais enfrentaram decisões difíceis. No processo das negociações preparatórias da Cúpula, a pressão de interesses políticos de curto prazo deveria ter sido equilibrada pelas necessidades de longo prazo descritas anteriormente. Os acordos realizados pela comunidade internacional estão cheios de concessões recíprocas. Contudo, as ameaças e os desafios ao nosso patrimônio comum são mais urgentes do que nunca. Os recursos e a tecnologia existem. Chefes de Estado e de governo de todo o mundo deveriam ter mostrado uma vontade política comum de sucesso, não somente assumindo um compromisso coletivo com uma agenda ousada e radical, mas também perseguindo sua implementação. O fracasso de algumas dessas lideranças em enfrentar esse desafio pode condenar todos e todas nós. Não podemos nos dar ao luxo de falhar. ■

Referências

- ACTIONAID Internacional EUA *et al.* Blocking progress: how the fight against HIV/Aids is being undermined by the World Bank and International Monetary Fund. 2004. Disponível em: <www.actionaidusa.org/blockingprogress.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2005.
- BATHYÁNY, Karina; CABRERA, Mariana; MACADAR, Daniel. The gender approach in poverty analysis: conceptual issues. Equipe de Pesquisa de Ciências Sociais, Social Watch Research Advance, 2004.
- COMISSÃO Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização. *A fair globalization: creating opportunities for all*. 2004. Disponível em: <www.ilo.org/public/english/fairglobalization/report/index.htm>. Acesso em: 21 ago. 2005.
- KOZEL, Valerie; DEATON, Angus. *Data and dogma: the great Indian poverty debate*. 2004. Disponível em: <http://povlibrary.worldbank.org/files/15168_deaton_kozel_2004.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2005.
- REDDY, Sanjay G.; POGGE, Thomas W. *How not to count the poor*, Versão 4.5. 2003. Disponível em: <<http://www.columbia.edu/~sr793/count.pdf>>.
- SEN, Amartya. *Development as freedom*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1999.
- VANDERMOORTELE, Jan. *Ambition is golden: meeting the MDGs*. *Development*, v. 48, n. 1, 2005.